

::data de validade: 4 de maio de 2003 > nº 26 >> grátis::

PROVINCIA

da Bahia

EXCLUSIVO: 7.04.2003

PT sabia do grampo mas se calou para beneficiar Lula

O superministro José Dirceu, à época presidente nacional e coordenador da campanha do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República, soube ainda no ano passado sobre os grampos telefônicos na Bahia e o nome do mandante dessa ação ilegal. Dirceu ficou calado porque o grampo também beneficiava o candidato Luís Inácio Lula da Silva, apoiado por Antonio Carlos Magalhães, informa o colunista de *Plebe Rude*, Correia de Mello, na página 6.

Reprodução

Gilberto Gil sabe disso?

A história dos contratos tidos por fraudulentos mas que dão um rombo de bilhões à Prefeitura de Salvador, assinados por ex-prefeitos e pelo assessor especial do ministro da Cultura. Pág. 8

a grana que rola para a implantação do pólo turístico no sul baiano e como os ambientalistas participam do bafafá: pág. 12

>> >>

garoto de programa foi chamado pelo sogro, que tomou um susto, ficando tudo elas por elas: pág. 7

>> >>

começa devassa em fichas secretas da ditadura militar na bahia: pág. 5

>> >>

hospital geral do estado se sobrecarrega com tanta procura: pág. 11

>> >>

negócios da fé: igreja universal, igreja de irmã dulce: págs. 3 e 6



O ministro Gil, em foto oficial no site do ministério

*andré setaro *camila jasmim *maria tav'ares *cláudio leal *juliana kalid *danilo menezes *julia ribeiro *renata mendonça *vinicius de souza
*luana gomes *zé de noca *maurício tavares *aline costa d'êça *flávio andrade *lucas mascarenhas *diana oliveira *alan verhine *lilia magalhães *vitor rocha
*andréa trindade *thiago marinho *leonardo silva *daniela matos *juliana kopp *sara manera *correia de mello *jônathas araujo *lucas esteves *patricia grinberg *fernando conceição

assessor especial de Gil ajudou a dar rombo de milhões de dólares em Salvador

Contratos com empreiteiras foram questionados na justiça como fraudulentos

Fernando Conceição
Editor responsável

Gilberto Gil levou para o Ministério da Cultura um dos principais executores de contratos denunciados como fraudulentos que deram um rombo estimado em 1991 em US\$ 200 milhões aos cofres públicos de Salvador, à época em que era prefeito do município o hoje empresário e radialista Mário Kertész.

Roberto Pinho, nomeado por Gil como "assessor especial", foi o homem-forte de Kertész nos dois mandatos deste à frente da capital baiana: entre 1979 a 1981, quando demitido pelo governador Antonio Carlos Magalhães, e entre 1986 a 1988.

No período do primeiro mandato os

prefeitos de capitais eram nomeados por governadores também nomeados pelo regime militar. Com a redemocratização do país, Kertész retornou à prefeitura eleito em 1985 pelo voto direto com uma campanha anti-carlista.

Pinho era a eminência parda do prefeito, acumulando funções de secretário especial e as presidências de duas empresas governamentais, as autarquias Renurb (Companhia de Renovação Urbana) e Faec (Fábrica de Equipamentos Comunitários).

O esquema do rombo nos cofres municipais passava por Roberto Pinho e essas autarquias, beneficiando principalmente as empreiteiras Sérvia e Engepar, ambas de propriedade de Thales Nunes Sarmento.

Quando foi chefe da Casa Civil no primeiro mandato de Kertész, Pinho costumava atender em seu gabinete portando um re-vólver 38 por debaixo do paletó. Este repórter testemunhou isso em duas ocasiões.

Além de Kertész, era Pinho que assinava contratos cedendo a empreiteiras e bancos o direito de sacarem 100%, diretamente da boca do cofre, dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios e de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) destinados a Salvador, sob a alegação de supostas dívidas contraídas pelo município junto às empreiteiras.

Pelo esquema, denunciado na Justiça baiana pelo sucessor de Kertész, Fernando José (já falecido), as empresas de Thales Sar-

mento "pagavam" adiantado à Renurb e à Faec por serviços e equipamentos que, no momento seguinte, as autarquias alegavam não poder realizar ou entregar.

A assunção de dívidas com Sérvia, Engepar, empreiteiras do grupo OAS e outras, relacionavam-se também a obras que as mesmas realizaram na capital.

O prefeito confessava a suposta dívida, passando às empreiteiras os contratos que lhes autorizavam o bloqueio e o saque das verbas municipais a partir de 1º de janeiro de 1989, data em que Kertész transmitiu o cargo a seu sucessor. Muitos desses contratos foram assinados em 31 de dezembro de 1988, véspera de Kertész deixar o cargo.

ministro pôs na cultura velha turma da era Kertész

Sérvia e Engepar aumentaram seu patrimônio no governo kertészi.

Ex-aliado de Kertész, o então empresário Pedro Irujo (hoje deputado federal pelo PMDB), que tutelava Fernando José e resolveu "queimar" o ex-prefeito, alimentou a suspeita de que Sarmento agiria como intermediário de Kertész, retornando a este parte do dinheiro a que suas empresas contratualmente tinham direito.

Filho de tradicional comerciante de confecções na Avenida Sete de Setembro, Kertész quando saiu da Prefeitura já tornara-se um dos empresários mais bem-sucedidos em Salvador. Entre outras propriedades, era dono do Jornal da Bahia, da ex-rádio Cidade (hoje Metrô FM) e tentava adquirir o controle da retransmissora local da TV Bandeirantes. Até o boato de que fizera remessa de dinheiro para o exterior e de que possuía patrimônio em Miami (Estados Unidos) foi ventilado.

Em fevereiro de 1990, depois de romper com Kertész, Fernando José auto-rizou a procuradoria municipal questionar os contratos judicialmente, solicitando o desbloqueio das verbas. Não se sabia o número exato de contratos nem sua extensão. A

batalha judicial se arrasta já por 12 anos, mas Kertész conseguiu em primeira instância excluir o seu nome dos processos.

Durante esse tempo, as empreiteiras continuaram insistindo em obter os frutos dos contratos assinados por Pinho, Kertész e até Fernando José, que fez acordos com as construtoras em que negociava o não-sequestro das verbas públicas, mediante o destino para as mesmas de até 20% da receita mensal da prefeitura.

Depois de sair da prefeitura em 1989 Kertész se reaproximou de ACM. Desde o primeiro ano de mandato de Lídice da Mata, as empreiteiras perderam na justiça o direito de sequestro do dinheiro que supostamente teriam direito. Com a posse do carlista An-

tonio Imbassahy em janeiro de 1997, a justiça baiana suspendeu qualquer possibilidade disso ocorrer, ainda que as construtoras continuem entrando com recursos judiciais.

Dedo de Duda

Kertész é tido hoje como empresário bem-sucedido e radialista "polêmico" em Salvador, tendo "desistido" de disputar eleições depois de sucessivas derrotas nas urnas desde que as denúncias contra ele foram divulgadas.

Amigo pessoal do publicitário Duda Mendonça, fez campanha para Luís Inácio Lula da Silva nos programas de rádio de sua emissora, a Metrô FM. Contratado por

Duda, nas últimas semanas da propaganda eleitoral foi um dos apresentadores do programa de Lula na TV.

Nos últimos anos Roberto Pinho se dedicou à criação de ONGs, como a Fundação Quadrilátero, que articulou em Porto Seguro o Museu Aberto do Descobrimento. Para isso ele recebeu incentivos do Ministério da Cultura no governo Fernando Henrique Cardoso, e de artistas como Gil, Caetano Veloso, Maria Bethânia e Gal Costa, que foi vaiada no show de lançamento do museu em abril de 1996.

Gilberto Gil foi secretário da Cultura no segundo mandato de Kertész. À época, Gil nomeou Waly Salomão, agora secretário nacional do livro no ministério, como presidente da Fundação Gregório de Mattos, o órgão que executava a política cultural do município. Antônio Risério, agora também nomeado assessor especial, tinha cargo similar naquela gestão.

Gil foi estimulado a entrar na política por Mário Kertész, que o lançou candidato à sua sucessão em 1988. Sem êxito nas articulações políticas de cúpula que antecederam as eleições daquele ano, Gil contentou-se em ser vereador de Salvador. Retorna à política no governo Lula cercando-se de gente como Pinho e sua turma.

Reprodução



Quando chefe da Casa Civil da prefeitura, Roberto Pinho portava arma em audiências com favelados

8 > PROVÍNCIA > 4/05/03



Reprodução

Kertész em entrevista no tempo em que foi prefeito

briga judicial agora será em Brasília

Estão em jogo mais de R\$ 1,1 bilhão

Dentro dos próximos meses será nos tribunais superiores em Brasília que se travará a última e definitiva etapa da batalha judicial entre a prefeitura de Salvador e as empreiteiras que se dizem possuidoras de créditos contraídos pelos prefeitos Mário Kertész (1986-1988) e Fernando José (1989-1993).

Apelações como agravos de instrumentos e recursos especiais e extraordinários interpostos entre janeiro e março de 2003, por ambas as partes, estão sendo remetidos pelo presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargador Carlos Cintra, ao Superior Tribunal de Justiça.

Soma cerca de 60 volumes, mais de 6 mil folhas de papel ofício, os documentos processuais. A Província teve acesso a parte dessa documentação.

Ao todo estão em jogo mais de R\$ 1 bilhão e 100 milhões, que supostamente os municípios - inclusive você que está lendo essa matéria - teriam de pagar às empreiteiras. A prefeitura contesta e, segundo o procurador geral do município, Graciliano Bonfim, "pelos nossos contos, temos é de receber valores indevidamente pagos a essas empresas."

Há basicamente dois grandes processos, que tramitam paralelamente.

Em um deles o município enfrenta a Construtora e Pavimentadora Sérvia Ltda., que se diz credora de aproximadamente meio bilhão de reais. Este processo, que

tramita desde 1991, em princípio extrapolou a esfera meramente judicial para ganhar conotações políticas. Dele faziam partes bancos, Mário Kertész e a Engepar (Engenharia e Participações Ltda.). A Engepar também pertencia a Thales Sarmento, que se retirou da empresa à época em que o escândalo explodiu na imprensa.

No outro processo o município enfrenta um grupo de empreiteiras associadas sob a liderança da Coesa (Comércio e Engenharia Ltda.), empresa pertencente ao grupo OAS. Neste, as empreiteiras se dizem credoras de estimadamente R\$ 600 milhões. Fazem parte ainda a própria construtora OAS Ltda., a Construtora Ferreira Guedes S/A, a Ecomati Construções e Incorporações Ltda. e a Góes-Cohabita Construções S/A.

Ambos os processos estão seguindo para os tribunais superiores em Brasília, após decisões de primeira instância e do Tribunal de Justiça da Bahia.

O município, representado pelos procuradores Almir Silva Britto, no processo contra a Sérvia, e Renato Borges Simões, no processo liderado pela Coesa, até agora tem obtido vitórias no foro estadual.

Desde meados da gestão de Fernando José as empreiteiras foram impedidas de sequestrar as verbas municipais. Nos primeiros meses da gestão de Lídice da Matta, Coesa e outras chegaram a sequestrar, mas decisões

'parece uma coisa pessoal'

Mário Kertész manda advogado dizer que "assunto é velho"

Em decisões de primeira instância, que consideraram "nulos os contratos questionados", o ex-prefeito Mário Kertész foi excluído do processo principal no qual constava como promotor dos contratos denunciados como fraudulentos.

Mas o Tribunal de Justiça da Bahia reformou a decisão em 1997. Embora deixando Kertész fora, os desembargadores deliberaram: "(...) em relação [ao ex-Prefeito Mário de Mello Kértész], fica ressalvada à Municipalidade o direito de usar da ação adequada que lhe convier, para indenizar-se dos prejuízos, porventura, sofridos, em decorrência da celebração de tais contratos, ora, declarados nulos."

Na prática significa que o ex-prefeito

judiciais suspenderam esse expediente.

Entretanto as empreiteiras, utilizando dos trâmites processuais, tem recorrido das decisões desfavoráveis com uma série infundável de recursos desde 1991.

Na Procuradoria Municipal o discurso é um só: tanto o procurador-chefe, Graciliano Bonfim, quanto Almir Britto e Renato Simões, falam em derrotar judicialmente as empreiteiras e, inclusive, obter o ressarcimento de quantias já pagas.

A Coesa e as outras alegam ter direitos a verbas por construção de uma obra - o canal de seis quilômetros sob o rio Camurugipe, que liga o Cabula à Costa Azul. "Numa perícia que a justiça mandou fazer, verificamos que o custo alegado para a obra está errado", informa Simões. "O volume de trabalho e de terra que as empreiteiras alegaram em suas planilhas daria para fazer dez obras semelhantes."

Falando em nome da assessoria jurídica da Coesa, o advogado Fabrício Oliveira declarou que a empresa "aguarda o resultado da justiça." Na Sérvia, Marcelo Sarmento - filho de Thales -, repassou para o diretor Antônio Carlos Moura a tarefa de atender a Província. "O que tiver de ser é o que a justiça disser. Ninguém aqui quer mais comentar esse assunto", declarou laconicamente Moura.

Atuando no processo da Coesa desde a gestão de Lídice da Matta, quando foi procurador chefe, Renato Simões chegou a ser premiado pela seccional baiana da Ordem dos Advogados do Brasil por sua peça de defesa contra as empreiteiras. No final de março, quando a reportagem o procurou, ele era um dos três advogados eleitos por seus pares e indicados à pre-sidência da República para assumir uma vaga como juiz do Tribunal Regional do Trabalho.

pode ser acionado judicialmente a qualquer momento. "Basta uma provocação ao Ministério Público", comentou o procurador Almir Britto. Ele disse que, vencida a etapa final da ação principal, o município pode processar o ex-prefeito para se ressarcir de possíveis danos causados aos cofres municipais.

Procurado pela Província para comentar o assunto no dia 2 de abril, Mário Kertész passou a bola adiante. Duas horas depois de ter deixado recado com Luana Montagil, produtora da rádio Metrópole FM, e de ter enviado um e-mail para o ex-prefeito, uma pessoa que se identificou como advogado de Kertész ligou para o celular do repórter.

Dizendo chamar-se Sérgio - "Sérgio de quê?", quis saber a reportagem; depois de hesitar um pouco, o sujeito respondeu, em tom jocoso: "Sérgio Conceição, como você" -, o putativo advogado foi direto: tentou dissuadir a publicação da matéria. "Isso está parecendo mais uma coisa pessoal sua com o Mário. É assim que ele pensa e por isso não vai dar entrevista a você."

Para o porta-voz de Kertész não cabe ao ex-prefeito comentar nada que está sob a guarda judicial. "Esse é um assunto velho, antigo. Não sei porque você está querendo requestrar esse problema." O suposto advogado ameaçou entrar na justiça contra o repórter "caso se confirme que o tom da matéria tem a intenção de prejudicar a imagem de Mário." A ligação do advogado foi feita através do celular 9994-7340, conforme identificador.

Os contratos assinados por Kertész e Roberto Pinho foram declarados nulos porque a justiça acatou as alegações e provas da procuradoria, que demonstravam serem frutos de artifício. "Havia contratos bons e maus", observa Almir Britto. "Mas a maioria era de obras e serviços inexistentes".

Em alguns contratos a Sérvia e Engepar se revestiam como credoras não por obras realizadas por essas empreiteiras, mas por serviços por elas pagos adiantadamente à Renurb e à Faec, serviços esses não realizados. Como Pinho e Kertész confessavam não poder devolver o dinheiro às empreiteiras, assumiam a dívida e cediam os futuros créditos do ICMS e do FPM. Sem qualquer autorização do poder legislativo.

LEIA MAIS NA PÁGINA 10 >>

assessoria do ministro diz que assunto é só do assessor Gil se cala, Pinho não pia

"Como já lhe adiantei, sua mensagem foi reencaminhada ao Roberto Pinho. É uma questão que lhe diz respeito, apenas. Não do Ministério. É a opinião do assessor de imprensa, Luís Turiba."

Esta foi a resposta que a assessoria de imprensa do ministro da Cultura, Gilberto Gil, encaminhou à Província na tarde de 3 de abril, depois de várias tentativas, por dois dias, da reportagem ouvir a opinião do ministro sobre o teor da presente matéria.

No dia 2 este repórter telefonou ao gabinete do assessor Roberto Pinho em Brasília, informando à sua secretária de pré-nome Eliete sobre o conteúdo da reportagem e solicitando a versão de Pinho para os episódios dos contratos assinados por ele e o ex-prefeito Kertész.

A secretária remeteu a reportagem a um assessor de imprensa de pré-nome Estevam. Este pediu que se encaminhasse o assunto via e-mail, o que foi feito no mesmo dia 2, com mensagens para Pinho e Gil. No dia 3 pela manhã a reportagem tornou a ligar, dessa vez para o gabinete do próprio ministro.

O controverso empresário Mário Kertész parece contar com a ajuda do tempo e a perda de memória do público, a seu favor.

Mesmo um dos seus advogados e antigo parceiro, Saul Quadros, ao ser provocado pela reportagem a falar sobre as ações judiciais do seu cliente, revirou os olhos numa postura de quem ouve uma novidade surpreendente, para então comentar: "Isso já faz tanto tempo... nem me lembro muito bem..." Saul foi procurador geral na gestão kertista e atualmente é vice-presidente da OAB-Bahia.

Ele garante que não advoga para Kertész desde 1991, mas não quis informar quais colegas agora têm essa função. "O Mário me afastou daqueles processos das empreiteiras porque eu estava sobrecarregado", disse. Para Quadros, o ex-prefeito não poderia constar como réu nos processos. O argumento do advogado é uma pérola de sofismo: "Os contratos foram de responsabilidade do presidente das autarquias Renurb e Fac, Roberto Pinho, e não da administração direta."

Kertész e sua gente atravessaram quase incólumes as turbulências políticas das últimas décadas, transitando da direita para a "esquerda", se reaproximando da direita e agora se acomodando no centro do espectro político.



Sede da construtora ServiAm na Av. Vasco da Gama

istro. Uma secretária disse que encaminharia o assunto ao assessor de imprensa de Gil, Luís Turiba.

Até a manhã do dia 7 de abril o antropólogo Roberto Pinho não havia se pronunciado sobre a solicitação de que respondesse às questões levantadas pela reportagem.

(FC)

empreiteiro foi citado em CPIs Dono da Sérvia doou dinheiro também para ACM

Thales Nunes Sarmento, presidente da empreiteira Sérvia, foi considerado "elemento-chave" pela Polícia Federal (PF), em 2001, no processo para apurar contas-fantasma no Citibank e no Banco Econômico em Salvador, em depósitos que somavam mais de US\$ 4 milhões e que teriam sido usados supostamente para financiar em 1990 a campanha de Antônio Carlos Magalhães a governador.

Sarmento admitiu doar dinheiro para campanhas eleitorais de candidatos da região Nordeste - principal área de atuação da empreiteira, criada em 1962 e hoje atuando em 15 Estados. O empreiteiro esteve na mira da PF pelo fato de possuir duas contas fantasmas no Banco Mercantil da Bahia. Através dessas contas ele repassou dinheiro para o tesoureiro da campanha de Fernando Collor de Mello à presidência em 1989, Paulo César Farias, o PC.

A reportagem apurou que a Sérvia, junto com a Coesa, OAS e outras empresas foram formalmente acusadas por uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Assembleia Legislativa de Alagoas, em 1996, por participarem de um esquema com o então governador de Alagoas, Divaldo Suruagy,

envolvendo R\$ 80 milhões.

Suruagy emitiu títulos a favor da Sérvia no valor de R\$ 27 milhões, para supostamente pagar uma dívida calculada em R\$ 211 mil e 500. A dívida era referente à construção do chamado "pamódromo" - uma área com uma pequena construção em cimento, da qual o papa João Paulo II discursou em sua visita àquele Estado em 1991. Uma CPI no Senado contra Suruagy chamou o esquema de "cadeias da felicidade".

Na sede da empreiteira Sérvia em Salvador, na Avenida Vasco da Gama, a reportagem foi recebida pelo diretor Antônio Carlos Moura, no dia 1 de abril. Moura informou que em conversa preliminar com Marcelo Sarmento e outros diretores ficou decidido que não teriam "nada a comentar" sobre os assuntos que correm na esfera judicial. "Nos envolveram politicamente nesses episódios e tivemos prejuízo", observou. Garantiu que a Sérvia se retirou das obras de Salvador na época de Fernando José ("na verdade, quem mandava tudo era Pedro Irujo", disse), mas trabalhou na gestão de Lídice da Matta.

Moura disse que transmitiria a Thales Sarmento a solicitação de entrevista feita pela Província, principalmente para que respondesse às acusações de que fazia caixa dois para Mário Kertész. "Acho difícil o doutor Thales querer falar", completou.

(FC)

trajetória controversa

Ex-prefeito deixa marcas por onde passa

Para gente assim, parece que o crime compensa. Utilizando-se de seus contatos junto a grupos de influência, Kertész - apesar de bombardeado por adversários do mesmo naipe como Pedro Irujo - mantém sua popularidade, agora comandando uma emissora de rádio da qual, além de dono, é também o astro principal.

Pegadas

No seu rastro estão não apenas a suposta dívida milionária com as empreiteiras, mas um histórico de falcaturas - como o "gato" que fez, adulterando os medidores de energia da Coelba, em sua antiga mansão no Caminho das Árvores, e o fechamento do tradicional Jornal da Bahia, em 1991.

É famosa e pública a artimanha que utilizou para obter na Delegacia Regional do Trabalho o registro de radialista, sem o qual, em princípio, ninguém pode ser apresentador de rádio e TV. O registro foi lhe concedido, arbitrariamente, por Waldir Régis, então delegado da DRT, que depois seria convidado para ser vice-prefeito de Kertész.

No Jornal da Bahia, cujo controle Ker-

tész assumiu ainda quando era prefeito, sua atuação foi melancólica. Cercado por seu antigo assessor de imprensa, jornalista João Santana Patinhas, e uma equipe que incluía Vander Prata, Antônio Risério etc., Kertész transformou numa caricatura de mau-gosto o ex-combativo jornal do comunista João Falcão - que por duas décadas enfrentou, e perdeu, o ex-todo-poderoso imperador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães.

Em suas edições finais e como sintoma do seu desespero, o JBa. tentou imitar os veículos da imprensa escatológica do Rio e São Paulo, apelando para fotos na capa de crimes sangrentos e mulheres peladas. O jornal faliu, fechou, mas Kertész nem ninguém assumiu a dívida com empregados e credores.

Há várias ações contra o Jornal da Bahia na justiça, como admitiu o advogado Paulo Cerqueira, do escritório de Ney de Souza Cacim. Alegando "razões de ética profissional", Cerqueira não quis confirmar se advoga para Kertész. "Eu defendo o Jornal da Bahia, que é uma sociedade anônima. Não posso dar maiores informações sobre o meu

cliente."

Jornalistas demitidos por Kertész devido a uma greve meses antes do jornal fechar, desde 1991 batalham por indenização na Justiça do Trabalho. Um dos processos (01331.1991.008.05.00-7), com 14 pro-fissionais como reclamantes, teve sentença proferida em 2001, a favor dos trabalhadores.

Mas até agora os reclamantes não foram indenizados. No dia 10 de janeiro de 2003 a justiça determinou pela execução da dívida contra o JBa. Saber quem assume a despesa é a etapa atual a ser enfrentada. "Não sabemos se é Mário Kertész, apesar de ser ele o proprietário da marca 'Jornal da Bahia', que utiliza em seu programa de rádio", declarou o advogado Antônio Carlos Oliveira, do escritório Pessoa & Pessoa, que defende os jornalistas nesse processo.

O ex-prefeito não quis comentar este assunto. Saul Quadros, no mesmo tom de quem está entrando na conversa agora, disse que foi advogado do JBa. "apenas por um período". O tal do Sérgio "Conceição", que telefonou para o repórter se identificando como advogado do ex-prefeito, disse também nada saber sobre o tema.

(Fernando Conceição)